



**PROJETO DE LITERACIA
ALUNOS SURDOS DOS 2º E 3º CICLOS**

Março 2011

INDICE

1. Justificação e Enquadramento	3
2. Descrição do Projeto e Reflexos na Prática Pedagógica	5
3. Objetivos	9
4. Destinatários	9
5. Recursos Necessários e Formação	10
6. Resultados Esperados	10
7. Avaliação do Projeto	11
8. Calendarização do Projeto	11
9. Responsáveis	11
10. Bibliografia	12

1. Justificação e Enquadramento

A língua da comunidade surda é a Língua Gestual Portuguesa (LGP), reconhecida na Constituição da República Portuguesa em 1997. A legislação existente para a educação de surdos reconhece este facto há bastantes anos. O primeiro diploma legal a ter em conta este direito foi o Despacho n.º 7520/98, de 6 de maio. Este documento foi revogado, encontrando-se atualmente em vigor o Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. No artigo 23.º, Capítulo V, pode ler-se que a modalidade específica de educação bilingue proposta para estes alunos deve garantir “a aprendizagem e o desenvolvimento da LGP como primeira língua, e da Língua Portuguesa, como segunda língua” (ponto 15). Como referem Carmo *et al.* (2008), a Língua Portuguesa, para os surdos pré-linguísticos, mesmo para aqueles que nascem no seio de famílias ouvintes, será sempre a sua segunda língua, pois é aquela que eles só conseguirão aprender de forma sistematizada, sobre uma outra língua já adquirida. Enquanto que a LGP é adquirida no contacto com os pares e em ambiente de imersão linguística, a LP é aprendida formalmente em contexto de sala de aula e sobretudo na modalidade escrita, uma vez que nem todos os alunos surdos possuem capacidade auditiva que lhes permita trabalhar a oralidade.

O facto da LGP ser considerada a primeira língua dos surdos “não retira a importância da LP como porta de acesso à relação com o mundo ouvinte, começando nos pais e no meio onde vive” (Batista *et al.* 2010:7). Para além disso, o domínio de competências de LP permite o acesso ao conhecimento e à cultura quer nacionais quer universais, sobretudo através da leitura de materiais que se encontram em suporte escrito. As duas línguas são essenciais à criança surda, não tendo o seu estatuto a ver diretamente com a importância relativa de uma e outra, mas mais com as características sensoriais dos surdos e com as implicações que isso tem em termos de acesso à linguagem em geral e às línguas em particular (*idem, ibidem*). Reconhecendo este facto, o Decreto-Lei n.º 3/2008 criou as áreas curriculares de Língua Gestual Portuguesa (L1) e Língua Portuguesa (L2), propiciando a elaboração dos respetivos programas curriculares. Ambos os programas foram pensados numa perspetiva de longo prazo, partindo do princípio de que as crianças surdas começam a ter acesso a uma educação bilingue logo desde os primeiros anos de vida.

No caso específico dos alunos surdos, há ainda que ter em conta as suas características sensoriais e respetivas implicações no modo de aceder à linguagem e ao conhecimento do mundo. Esta aprendizagem faz-se quase sempre em ambiente formal, ao contrário do que acontece com as crianças ouvintes que chegam à escola já a saber falar português e com muitos conhecimentos adquiridos através das relações interpessoais. As crianças surdas, na sua maioria filhas de pais ouvintes, chegam à escola sem uma língua adquirida e com um grande défice de informação, uma vez que a comunicação com a família e com os pares se reveste de inúmeras dificuldades de produção e receção.

A experiência de aplicação do novo programa curricular do Português L2 para alunos surdos, nos níveis de ensino dos 2º e 3º ciclos da escolaridade básica, no trabalho quotidiano das 8 turmas de alunos surdos da Escola Básica de Paranhos, feita pelos seus docentes, bem como a evidência de estudos académicos realizados junto deste grupo-alvo¹ mostra contudo um significativo afastamento dos alunos face ao expectável pelo programa.

Por que não se enquadram então os alunos no programa curricular que acaba de ser desenhado para eles? Isto acontece porque não apropriaram um léxico básico e não dominam as estruturas morfossintáticas e relações semânticas elementares da língua portuguesa. Em grande maioria, os alunos não têm as competências de acesso ao currículo proposto para o Português L2.

Quase todos filhos de pais ouvintes, estes alunos não tiveram em casa, em tenra idade, o acesso à comunicação gestual. A ausência de exposição à língua gestual em idade precoce, o prolongamento no tempo de opções educativas desajustadas ou erráticas, a fraca caracterização do modelo educativo bilingue anteriormente vigente na lei, a idade de escolarização tardia num número ainda significativo de casos, a progressão na escolaridade por razões de idade e sem correspondência com as aquisições efetivamente consolidadas, são fatores que, isolada ou conjuntamente, concorreram para a presente situação em que coexistem alunos com níveis muito díspares de conhecimentos da língua gestual portuguesa e do português escrito, em casos extremos, com ausência de qualquer língua estruturada.

¹ Atenda-se nomeadamente ao estudo realizado por Pedro Barros do Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira, em fevereiro de 2011.

Esta heterogeneidade traduz-se num conjunto de alunos com necessidades, ritmos de aprendizagem e características muito diferentes, no que especialmente se refere à língua portuguesa. É por essa razão que os Programas de Português L2 para alunos surdos reconhecem às escolas autonomia na gestão dos programas, tendo em conta o Projeto Educativo, o Projeto Curricular de Turma e, principalmente o Programa Educativo Individual de cada aluno. Não existe, no entanto, um instrumento que permita avaliar o aluno e identificar o nível de proficiência linguística em que este se encontra. Assim, estes acabam por frequentar a disciplina de Português, seguindo o programa que está estipulado para o seu ano de escolaridade, ainda que com ligeiras adequações. Tal apresenta inúmeros problemas para os alunos, dado o desfasamento de competências que apresentam relativamente ao esperado, colocando estes numa situação de insucesso continuado, que acaba por ser percebido pelos próprios como inultrapassável e gerando desmotivação e desinteresse pela disciplina.

A aprendizagem da Língua Portuguesa constitui uma necessidade vital para o acesso a uma cidadania plena e a uma igualdade de oportunidades. Conhecer a língua maioritária do país onde se vive não é apenas uma condição necessária e indispensável para se ser autónomo, é também uma condição para o desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional. Não possuir conhecimentos mínimos nesta língua é um fator de desigualdade e de estigmatização, tornando os surdos mais dependentes e mais vulneráveis numa sociedade do conhecimento cada vez mais competitiva e mais ancorada na flexibilidade de competências. Poder aprender a língua maioritária é ter a oportunidade de constituir-se enquanto ator social, capaz de exercer a cidadania plena e consciente a que cada indivíduo tem direito.

2. Descrição do Projeto e Reflexos na Prática Pedagógica

O processo de ensino e aprendizagem por alunos que têm o português como língua não materna exige uma abordagem diferenciada relativamente ao trabalho realizado com alunos que têm o português como língua materna. Enquanto que para uns os objetivos se centram na reflexão metalinguística e

metadiscursiva, para os outros, centram-se mais numa perspetiva funcional e comunicativa.

O ensino do Português aos alunos surdos tendo em conta os pressupostos já enunciados deve assentar na conceção de se trata de uma língua não materna, uma língua segunda. Os surdos são indivíduos visuais, pelo que a resposta pedagógica para estes alunos “deve ser pensada para quem vê e não ouve, para quem olha, para quem observa, para quem todos os processos cognitivos dependem do olhar” (Almeida *et al.*, 2009:39). Isto exige alterações nas metodologias, mas também na organização curricular e no modo como está estruturada a resposta educativa.

Tal implica a adoção, em primeiro lugar, de instrumentos de avaliação do nível de proficiência na leitura e escrita, tais como testes diagnósticos. Consideramos que estes podem ser construídos com base nas orientações do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR, 2001). Este quadro posiciona os alunos em diferentes níveis de proficiência: iniciação (A1 e A2); intermédio (B1 e B2) e avançado (C1 e C2), o que nos permite uma avaliação mais concreta das competências dos alunos e, conseqüentemente, a adoção de medidas mais consentâneas com as suas necessidades de aprendizagem.

Propomos que os resultados desta avaliação constem do Programa Educativo Individual (PEI) de cada aluno e sejam tidos em conta para a formação de turmas na disciplina de Português. Estas devem ser formadas de acordo com o nível de proficiência linguística dos alunos em cada ciclo de ensino e não de acordo com o seu ano de escolaridade.

A avaliação (expressa na escala de 1 a 5) corresponderá ao desempenho demonstrado pelos alunos no nível de proficiência em que se encontram posicionados e será indicadora para a transição de nível. Para ajuizar da preparação do aluno para aceder ao nível seguinte serão tidos em conta o seu portefólio bem como as provas de avaliação formativa e sumativa realizadas ao longo do ano letivo.

Os alunos posicionados nos níveis de Iniciação A1 e A2 trabalharão as competências básicas ainda não adquiridas, enquanto que os alunos no nível seguinte, B1, poderão seguir o Programa de Português L2 para alunos surdos, de acordo com as competências definidas para cada ciclo e com as devidas

adequações. No exame nacional de 9º ano, competirá ao professor de Português em conjunto com o professor de educação especial, decidir se o aluno realizará o exame previsto pelo Ministério da Educação para os alunos surdos com educação bilingue, ou se, pelo facto de se encontrar nos níveis de iniciação, deverá realizar um exame a nível de escola. Seja qual for a opção, tal não deverá impossibilitar o aluno de prosseguir estudos no ensino secundário. Adaptando os Níveis Comuns de Referência (Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas) para o caso específico do ensino de Português L2 aos alunos surdos, propomos a seguinte divisão por níveis:

Nível Avançado	C2	É capaz de compreender sem esforço tudo o que lê. É capaz de resumir as informações recolhidas em diversas fontes escritas, reconstruindo argumentos e factos de um modo coerente.
	C1	É capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos. Pode exprimir-se por escrito sobre temas complexos de forma clara e estruturada, manifestando o domínio de mecanismos de organização, de articulação e de coesão do discurso.
Nível intermédio	B2	É capaz de compreender textos complexos sobre assuntos concretos e abstratos. É capaz de exprimir-se por escrito sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da atualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes das várias possibilidades.
	B1	É capaz de compreender e produzir textos simples e coerentes sobre assuntos que lhe são familiares ou de interesse pessoal (temas relacionados com o trabalho, a escola, lazer, etc.). Pode descrever experiências e eventos, sonhos, esperanças e ambições, bem como expor brevemente razões e justificações para uma opinião ou um projeto.
Nível elementar	A2	É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (p. ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). Pode descrever de forma simples a sua formação, o meio circundante e ainda referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.
	A1	É capaz de compreender e usar expressões familiares e quotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Pode apresentar-se e apresentar outros, escrever sobre aspetos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem.

Para além da implementação de testes diagnósticos de proficiência da língua e da organização dos alunos em níveis de acordo com os mesmos, importa ter em atenção as metodologias empregues nas aulas pelo que a prática pedagógica deverá ter em conta, entre outros aspetos, que:

- A competência linguística desenvolve-se por estádios de aquisição. O ensino pode acelerar a progressão, mas não pode alterar esses estádios;
- O desenvolvimento linguístico dos alunos surdos não se faz em geral a par do etário, pelo que a seleção de atividades letivas e de materiais deve ter em consideração não só a adequação à proficiência linguística do aluno, mas também à sua idade;
- O erro deve ser encarado como um elemento natural do processo de aprendizagem, inerente ao percurso de autoformação do aluno. No caso específico do aluno surdo não podemos esquecer que este passa por diversos estágios de interlíngua, ou seja, por um sistema que embora tenha deixado de ser fiel à primeira língua, ainda não atingiu a língua alvo. Assim, ao invés de ser penalizado, o aluno deve compreender porque é que errou;
- A compreensão de textos escritos será facilitada se se fizer preceder o seu tratamento de uma curta contextualização ou apresentação. O conhecimento prévio da temática a ser apresentada ajudará os alunos surdos a perceberem melhor os conteúdos. Se essa apresentação for feita recorrendo a imagens, será ainda melhor compreendida;
- O plano de desenvolvimento de aprendizagens deve partir de tarefas menos exigentes (do domínio da compreensão/ reprodução) para tarefas mais exigentes (que envolvam operações lógicas como a indução, a dedução e a abstração, etc.);
- É aconselhável que o professor de Português L2 possua conhecimentos sobre a estrutura gramatical da LGP para que possa desenvolver com os alunos uma reflexão metalinguística sobre as diferenças existentes entre a L1 e a L2;

- O objetivo principal é ir aproximando cada vez mais o nível de proficiência linguística do nível de escolaridade do aluno e consequentemente da proposta curricular constante dos Programas de Português L2 para alunos surdos.

3. Objetivos

A proposta que apresentamos segue as orientações do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas e tem como objetivos:

- Reconhecer o direito à identidade linguística e cultural dos alunos surdos;
- Remover os obstáculos à inclusão;
- Dotar os alunos surdos de competências em Língua Portuguesa que lhes permitam aceder com sucesso ao currículo;
- Aumentar a proficiência de cada aluno em Língua Portuguesa, adequando o ensino facultado ao nível em que cada um se encontra;
- Aumentar a autoestima do aluno ao propor-lhe objetivos e metas de aprendizagem consentâneas com as suas reais capacidades;
- Contribuir para um melhor conhecimento dos códigos culturais associados à língua nacional;
- Ajudar o aluno surdo a melhorar as suas competências interpessoais e sociais através de um maior domínio da Língua Portuguesa;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma cidadania plena e para a igualdade de oportunidades.

4. Destinatários

Alunos surdos do 2º e 3º ciclos da Escola Básica de Paranhos, Agrupamento Eugénio de Andrade, Porto, de referência para a educação bilingue de alunos surdos.

5. Recursos Necessários e Formação

A escola básica de Paranhos possui neste momento os recursos humanos necessários para poder desenvolver este projeto. É necessária apenas a reorganização dos horários de modo a fazer coincidir a disciplina de Português L2 em todas as turmas de alunos surdos (5º e 6º anos, por um lado, 7º, 8º e 9º por outro). Será necessário afetar a este projeto, a partir dos recursos próprios da escola, docentes de português L2 em número suficiente para que possam cobrir os diferentes grupos de proficiência linguística. Este trabalho será articulado com os docentes especializados da área da surdez e terapeutas da fala, de modo a intensificar o processo de recuperação dos desníveis acima diagnosticados.

Para favorecer tal articulação propõe-se a realização de uma reunião semanal de todos os professores de Português L2, bem como dos docentes especializados e terapeutas da fala envolvidos no projeto, onde seja promovida a partilha de ideias e de materiais e onde se analise em conjunto o desenvolvimento do projeto. Estas reuniões contarão pontualmente com a colaboração de especialistas em Português L2, de modo a poder assegurar também uma componente de formação.

6. Resultados Esperados

A curto prazo, espera-se com este projeto aumentar a autoestima dos alunos, motivando-os para um ensino mais condizente com as suas reais capacidades e necessidades.

A médio prazo, espera-se também reduzir o desfasamento existente entre o nível de competências dos alunos e o nível de escolaridade em que se encontram, contribuindo desse modo para melhores resultados em termos de literacia.

A longo prazo, espera-se expandir esta experiência para o ensino secundário, de modo a que os diferentes ciclos de ensino fiquem articulados.

7. Avaliação do Projeto

Será feito um estudo longitudinal, tendo como base os testes diagnósticos, os testes intermédios e os testes finais de cada ano escolar, de modo a poder aferir a evolução dos alunos ao longo de todo o projeto. Serão ainda analisados os relatórios dos professores de Português, elaborados no fim de cada ano letivo e que reportam a evolução de cada aluno. Esta pesquisa será partilhada com outros parceiros institucionais relacionados com a educação de Surdos.

8. Calendarização do Projeto

Atividades a desenvolver	Data
Adaptação e criação de instrumentos de avaliação dos alunos.	Junho de 2011
Posicionamento dos alunos por nível de proficiência linguística	Julho de 2011 ²
Elaboração de horários de acordo com o novo modelo organizacional de frequência do Português	Julho e agosto de 2011
Reuniões semanais	Ao longo do ano letivo 2011/2012
Oficina de formação (inserida nas reuniões)	Ao longo do ano letivo de 2011/2012
Produção de materiais e criação de um dossier	Dezembro de 2011 a junho de 2012
Estudo longitudinal	Anos letivos de 2011/12 a 2013/14

9. Responsáveis

Este projeto é uma iniciativa conjunta do Departamento de Educação Especial (DEE) do Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade (Agrupamento de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos) e do Gabinete de Acompanhamento à Educação Especial da DREN (DREN-GAEE).

Pelo DEE é responsável a Dra. Maria do Céu Gomes e o Dr. Carlos Afonso, pela DREN-GAEE, o Dr. Eduardo Cabral.

² - O posicionamento no ano letivo de 2011/12 será, excecionalmente, feito a partir dos resultados obtidos pelo levantamento de Pedro Barros do CED Jacob Rodrigues Pereira realizado na EB2/3 de Paranhos em fevereiro de 2011.

O projeto integra-se numa parceria com o CED Jacob Rodrigues Pereira, instituição onde este projeto começou a ser desenvolvido pelo Dr. Pedro Ladeira Barros.

10. Bibliografia

Almeida, Dina; Cabral, Eduardo; Filipe, Inês e Morgado, Marta (2009). Educação bilíngue de alunos surdos. Manual de apoio à prática. Ministério da Educação: Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Batista, José Afonso (coord.); Santiago, Ana; Almeida, Dina; Antunes, Paula e Gaspar, Regina (2010). Programa de Português L2 para Alunos Surdos (versão provisória apresentada para discussão pública). Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Carmo, Helena, Martins, Mariana; Morgado, Marta e Estanqueiro, Paula (2008). Programa Curricular de Língua Gestual Portuguesa. Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Legislação

Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, 2001